



**I SEPESD
I SEEXTD**

Anais do

I Seminário de Extensão em Direito - I SEEXTD

**"Pesquisa e Extensão em Direito: reflexões
contemporâneas"**

4 e 5 de dezembro – UNESPAR – Apucarana/PR



A IMPORTÂNCIA DE CONHECER NOSSOS DIREITOS E DEVERES NA ADOLESCÊNCIA.

ABDUL, Haggi Micheletti¹BOVO, Lucas Eduardo Candeo²FRANKLIN, Alice Batista Prado³LOURENÇO, Victor⁴SILVA, Tatiane⁵Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁶Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁷

RESUMO: O presente projeto extencionista, das ações de curricularização, cuja disciplina do 1º ano de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Apucarana, busca apresentar o tema a Importância de Nossos Direitos e Deveres na Adolescência, com adolescentes da faixa etária de 12 a 17 anos, tendo objetivo conscientizar os adolescentes a ideia de que o Direito faz parte da vida de todos e que todos tem direitos e deveres bem como a importância de conhecê-los. Foi realizada uma palestra em parceria com a ONG COMANDER de Apucarana/Pr, em data de 21/10/2023 onde foi explanado o tema, no qual além da utilização de material humano também foi utilizado didático, que consiste em uma roleta com perguntas relativas ao tema da palestra em questão. Foram repassados aos jovens adolescentes a importância dos direitos e deveres. A atividade transcorreu de maneira proveitosa e didática com participação dos jovens onde puderam interagir com a equipe e sanar algumas dúvidas, o ambiente descontraído deixou todos a vontade para discutir o tema. Foi utilizado como fonte de pesquisa o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e a Constituição Federal do Brasil.

PALAVRAS- CHAVE: Direitos e Deveres, curricularização, projeto extencionista.

¹ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: haggi.ma@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: lucasbovo0110@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: alicepbfranklin@gmail.com

⁴ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: victorlourengo0802@gmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: tatiane24021983@gmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁷ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/18069.htm>. Acesso em 18 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº8069/1990. /Estatuto da Criança e do Adolescente.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/cosntituicao.htm>. Acesso em 18 nov. 2023.

AJUDANDO AS CRIANÇAS A ENTENDER A JUSTIÇA

CARVALHO, Daniel Rodrigues de¹
OLIVEIRA, Jean Marcos Rodrigues de²
SILVA, Eduarda Rita Pacheco da³
ASSIS, André Luiz Castilho de⁴
RAMOS, Gisely Aparecida⁵
Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁶
Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁷

RESUMO: O projeto de extensão, que foi subsidiado pelo contexto da curricularização, teve como objetivo o ensino do conceito de justiça, enquanto virtude, para crianças de 7 a 12 anos, membros do Castelo Escudeiros de Roland, nº 354, da Ordem dos Escudeiros, sediado na cidade de Rolândia, Estado do Paraná. A atividade, que ocorreu na tarde do dia 28 de outubro de 2023, foi idealizada partindo da questão “O que é justiça”. Levando em conta a maturidade do público, decidiu-se contar uma história infantil que exaltasse o conceito de justiça. Mediante pesquisas empíricas, escolheu-se a fábula “O Julgamento do Rato”. A fábula foi reescrita e adaptada, em detalhes, para transmitir a ideia contida na definição de Ulpiano, jusfilósofo romano, “constante e permanente vontade de dar a cada um o que é seu” (Nader, 2014). Primeiramente, o grupo explicou tal conceito. Em seguida, a narração começou. Uma dinâmica acompanhou a narração da estória, a qual consistiu em interromper a contação no clímax, separar as crianças em dois grupos, dando a cada um materiais como cartolina, canetas e giz de cera, assim como a missão de o grupo A desenhar um final justo e o B um final injusto para a estória. Quando os grupos terminaram, apresentaram os seus finais um para o outro. Considerando-se, os aplicadores do projeto parabenizaram as crianças e, contaram o final original da narrativa, distribuindo um panfleto, com a fábula e a definição do que é justiça citada, para ser entregue aos pais dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: Definição de justiça; crianças; o julgamento do rato; fábula.

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: dan.ro.car70@gmail.com

²Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: jeanmarcos7777@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: eduardasilva100031@gmail.com

⁴Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: castilhoandreluiz@gmail.com

⁵Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: gisely.cali3003@gmail.com

⁶Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjuntado Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁷ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.



I Seminário de Extensão em Direito - I SEEXTD

"Pesquisa e Extensão em Direito: reflexões
contemporâneas"

4 e 5 de dezembro – UNESPAR – Apucarana/PR

REFERÊNCIAS:

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2014.



BULLYINGDOMICIANO, Alan Aparecido Mazini¹GONÇALVES, Fernanda Aparecida de Souza²ISIDORO, Nicolly das Neves³SILVA, David Sérgio da⁴Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁵Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁶

RESUMO: O presente projeto extensionista, das ações de curricularização, vide disciplina do 1º ano, do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Apucarana, busca apresentar e discutir o tema *bullying*, com crianças na faixa etária de 10 a 12 anos de idade. O tema escolhido deve-se a relevância que o assunto tem adquirido no decorrer dos últimos anos, na comunidade escolar e sociedade. O projeto em questão fez uso da Lei nº 13.185/2015, com a finalidade de definir e conceituar o termo, para alcançar o objetivo de apresentar o tema e trata-lo de maneira leve, dinâmica e de fácil compreensão foi usado como subsídio o Mangá japonês *Naruto*, cujo personagem sofreu *bullying* no decorrer de sua vida escolar e social. O projeto foi apresentado e executado no dia 21 de setembro de 2023, com crianças do projeto social *Comander*, projeto este que atende crianças em situação de vulnerabilidade social. Como parte da dinâmica, foi usado elementos visuais para as crianças conhecerem a história e personagens, além de um jogo da memória para descontrair, ensinar e prender a atenção dos mesmos. A atividade transcorreu de maneira proveitosa e didática, com a participação dos presentes, o ambiente descontraído deixou todos à vontade para discutir o tema e idealizar possíveis soluções. Para os idealizados das ações extensionistas, isto é, os estudantes de Direito, o contato com a comunidade é esclarecedor e rico, nos norteando a compreender as demandas sociais e o papel fundamental da Universidade em estender o conhecimento além de seus muros.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying*; comunidade escolar; *Naruto*; demandas sociais; Universidade.

REFERÊNCIAS:

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: alan.mazini10@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: fernandaunespar2026@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: nicollynisidoro@gmail.com

⁴Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: davidsergio1@gmail.com

⁵Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁶Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

BRASIL. **Lei nº 13.185**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em: legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_13.185_2015?OpenDocument (presidencia.gov.br). Acesso em: 13 set. 2023.

MEC. MEC apoia enfrentamento ao *bullying* e violência nas escolas. **Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/62581-mec-apoia-enfrentamento-ao-bullying-e-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 13 set. 2023.

NINJA DAS SOMBRAS. A sensação de ser sozinho. Youtube, 9 jun. 2022. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=3j1q27MM_GU. Acesso em: 13 set. 2023.

ATHYS. Pedir ajuda não é desistir... O Menino, a Toupeira, a Raposa e o Cavalo 2022. Youtube, 6 jan. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dcDF_uUE-Us. Acesso em: 13 set. 2023

DIREITO À VIDAALMEIDA, Gianluca Guedes de¹FERNANDES, Júlia Romani²SOARES, Milena Batista³Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁴Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁵

RESUMO: O presente projeto extensionista, da ação de curricularização, disciplina do 1º ano do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, traz em suas especificações as explicações sobre o tema “Direito à vida”. Nesse projeto buscaremos conscientizar os alunos do ensino médio sobre “Qual o valor da vida?”, trazendo como exemplos a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA terá prioridade no programa devido à sua conexão com a realidade dos alunos, visto que, esses são sujeitos de Direitos e necessitam desse conhecimento para a vida. Trataremos sobre a importância do Direito à Vida e como esse é amparado pelo Código Penal apresentando as sanções para aqueles que lesam contra esse direito. Será abordado a inviolabilidade desse Direito e seu significado. Após, será apresentado um breve vídeo relacionado com o julgamento de Orenthal James Simpson, um caso sobre homicídio que, embora tenha acontecido nos Estados Unidos, é um excelente exemplo de violação à vida. Ademais, será explicado o formato do julgamento de O.J Simpson, salientando como esse ocorreu no âmbito penal, explicando as funções do juiz e do júri. Ao final do projeto, será feito uma gincana com os alunos, na qual será dividida a turma, realizando um jogo de perguntas e respostas a respeito do vídeo, da explicação sobre o direito à vida e como se constitui o julgamento.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Estatuto da Criança e do Adolescente; O.J Simpson; julgamento; vida.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30/07/2023

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: gianluca.g.almeida@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: juliaromanifernandes@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: milenabatistasoares313@gmail.com

⁴Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁵ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

NEVES, José Roberto de Castro. **Os grandes julgamentos da História.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

DIREITOS E DEVERES BASEADOS EM PINÓQUIOMARIANO, Maria Eduarda de Barros¹OLIVEIRA, Iris Cochak Gracioli de²SANTOS, Beatriz Evaristo dos³SOUZA, Julia Santos de⁴Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁵Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁶

RESUMO: O presente projeto extensionista, vinculado à curricularização do 1º ano de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Apucarana, busca apresentar conceitos de direitos, deveres, cidadania e justiça às crianças utilizando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como base. Inicia-se com uma explicação desses conceitos, seguida pela leitura da história de Pinóquio. A atividade principal é um caça ao tesouro, na qual os cartões são espalhados pelo local, e as crianças são encorajadas a encontrar e participar de uma interação com base nas perguntas contidas neles. O objetivo é que as crianças expressem seus entendimentos, e os organizadores ampliem esses conceitos enquanto os relacionam ao ECA. A atividade termina com uma dica sobre a localização do tesouro, oferecido como uma recompensa simbólica pela participação. Essa abordagem lúdica e interativa visa envolver as crianças na compreensão de conceitos legais e éticos, usando a narrativa de Pinóquio como ferramenta de aprendizado eficaz. Em 21 de outubro de 2023, foi realizada a atividade com crianças da ONG Comander, em Apucarana/PR, a dinâmica começou com uma apresentação, em seguida as crianças receberam explicações sobre direitos, deveres, cidadania e justiça, abordando temas como educação, respeito e proteção, também a importância de respeitar regras de convivência e manter cuidados pessoais, além de contextualizar a relevância da escola e a proteção contra o trabalho infantil. Posteriormente, foi lida a história de Pinóquio para auxiliar nas perguntas do caça ao tesouro. Ao final da atividade, as crianças foram recompensadas com brindes como reconhecimento pela participação.

¹Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: eduardaplacidio@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: irisgracioli@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: bea_evaristo@hotmail.com

⁴Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: oshjulia68@gmail.com

⁵Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁶Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

PALAVRAS-CHAVE: pinóquio; cidadania; direitos; deveres; justiça.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Das Disposições Preliminares. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

NOBUSA, L. A. **Pinóquio.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): DIREITOS E DEVERESFANECO, Ana Beatriz dos Santos Soares¹MAISTRO, Isabela²LIMA, Isadora Santos de³COSTA, Laís Bovo⁴MEIRA, Luiz Felipe Bassil de⁵Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁶Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁷

RESUMO: O presente projeto extensionista, das ações de curricularização, vide disciplina do 1º ano, do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, busca apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de forma lúdica e interativa para crianças na faixa etária entre 7 e 10 anos. Sendo assim, problematiza-se o seguinte questionamento: Qual a origem e a importância do ECA? Percebe-se que o ECA consiste em uma legislação específica, destinada às crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos), cujo propósito foi reconhecer esses menores como sujeitos de direitos e deveres protegidos pela lei. Sabe-se que o direito corresponde algo justo e correto, o qual garante que os pequenos cresçam seguros, saudáveis e felizes, enquanto o dever equivale a uma obrigação, que colabora para a criação de um mundo mais íntegro para todos. Logo, foi organizado três exercícios pedagógicos para serem aplicados em uma sala de aula, no entanto, devido questões infraestruturais, houve a necessidade de uma readequação das atividades didáticas, e foi executado uma tarefa recreativa. Para tanto, objetivou-se investigar o princípio e a imprescindibilidade do ECA, bem como especificamente compreender os principais direitos e deveres destinados às crianças e aos adolescentes. Neste sentido, o conhecimento detalhado desse Estatuto é fundamental para

¹ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: ansbeatrizfaneco@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: maistroisabela@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: isasan1307@outlook.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: laisbovocosta@gmail.com

⁵ Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: felipemeira232@gmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁷ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Legislação específica; Sujeitos de direitos e deveres; Princípio e a imprescindibilidade do ECA.

REFERÊNCIA:

BRASIL. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 12 set. 2023.

OS TRÊS PODERES E A DEMOCRACIACORDEIRO, Lucas¹LOPEZ, Júlia Maria²MARQUES, Anderson Barbosa³MINCACHI, Vitor Ian⁴ROÇA, Guilherme Augusto Homenhuki⁵TACARI, Marcela⁶Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁷Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁸

RESUMO: O presente projeto extensionista, das ações de curricularização, vide disciplina do 1º ano, do curso de Direito, da Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, apresenta o tema: os três poderes e a democracia, que tem como público-alvo os estudantes da rede pública de educação da cidade de Apucarana. O projeto, por meio de uma linguagem acessível, objetiva trabalhar o art. 2º da Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil, que trata sobre a independência e harmonia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A escolha desse artigo justifica-se pelo fato de que a relação entre os poderes reflete diretamente sobre a sociedade e a vida do povo brasileiro. Outra abordagem deste trabalho é conscientizar sobre o voto como meio de exercer a cidadania. A fim de concretizar esses objetivos, uma apresentação com slides sobre os três poderes será feita e simular-se-á uma eleição, na qual os alunos escolherão entre eles representantes que ficarão responsáveis por efetuar uma divisão de uma caixa de bombons para todos os presentes na sala. A simulação de uma eleição e a divisão dos chocolates objetiva usar uma aproximação lúdica que permita um diálogo, dentro do conceito de comunicação desenvolvido por Freire (1983), com os estudantes sobre o direito-dever do voto e o papel dos poderes na construção de uma sociedade livre, justa e solidária conforme estabelecido no art. 3º da Carta Magna de 1988. Os materiais necessários para a execução serão uma urna e cédulas de votação, ambas feitas de papel, e bombons. O fim almejado é o de poder contribuir para que os

¹Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: llucascordeiro13@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: juliamlopes77@gmail.com

³Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: anderson1311barbosa@gmail.com

⁴Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: vitorianssm@gmail.com

⁵Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: guihomenhuki@gmail.com

⁶Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: marcelatacari@icloud.com

⁷ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁸ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

estudantes criem conhecimentos sobre o funcionamento do Estado brasileiro e reconheçam no voto uma ferramenta de mudança da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Cidadania; Voto.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.